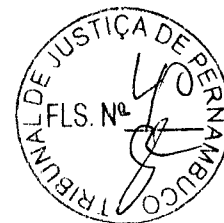




PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

HABEAS CORPUS Nº 0200697-7

IMPETRANTE: MARCOCILÂNIO FÉLIX DA SILVA

PACIENTE: JAILMA TEIXEIRA DA SILVA

PROCURADORA DE JUSTIÇA: Adriana Gonçalves Fontes

RELATOR: Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima

055

EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. ARGÜIÇÃO DE FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO DA CUSTÓDIA CAUTELAR E DE AUSÊNCIA DOS REQUISITOS DISPOSTOS NO ARTIGO 312 DO CPP. INEXISTÊNCIA DE DOCUMENTO APTO A COMPROVAR AS IRREGULARIDADES APONTADAS. INCIDÊNCIA DO PRINCÍPIO DA CONFIANÇA. ALEGAÇÃO DE INOCÊNCIA. QUESTÃO DE MÉRITO. INADMISSIBILIDADE. - ORDEM DENEGADA, POR UNANIMIDADE.

1. O pedido de *habeas corpus* deve ser instruído com documentos que demonstrem a existência da coação ilegal suscitada, o que não ocorreu no caso em tela. Deste modo, não devem ser acolhidas as alegações do impetrante.
2. Na ausência de documentos hábeis para o exame do pedido, deve ser aplicado o princípio da confiança, pois ninguém é melhor que o juiz da causa para apreciar a conveniência da prisão.

3. O *habeas corpus* não é o meio adequado para se discutir questão de mérito, pelo que se mostra incabível qualquer análise sobre participação ou não da paciente no fato delituoso descrito na denúncia.




ACÓRDÃO

056

Vistos, relatados e discutidos estes autos do *habeas corpus* nº 200697-7 em que são partes as acima nominadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Quarta Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça, unanimemente, em denegar a ordem requerida, nos termos do voto do Exmº Desembargador Relator.

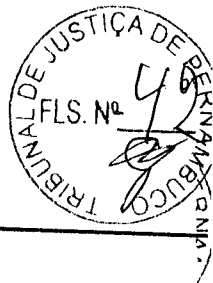
Recife, 15 de dezembro de 2009.


Des. Presidente


Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0200697-7

HABEAS CORPUS

057

IMPETRANTE: MARCOCILÂNIO FÉLIX DA SILVA

PACIENTE: JAILMA TEIXEIRA DA SILVA

PROCURADORA DE JUSTIÇA: Adriana Gonçalves Fontes

RELATOR: Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima

RELATÓRIO

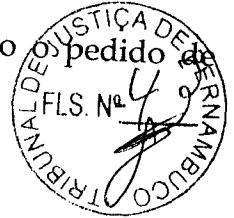
Trata-se de *habeas corpus* impetrado pelo Bel. Marcocilânio Félix da Silva em favor de **JAILMA TEIXEIRA DA SILVA**, a qual se encontra recolhida desde o dia 17 de setembro do ano em curso, denunciada pela suposta prática de crimes de roubo qualificado e formação de quadrilha, tendo sido apontado como autoridade coatora o Juízo de Direito da Comarca de Lajedo.

Alega, o impetrante, que a paciente está sofrendo constrangimento ilegal decorrente da falta de fundamentação da custódia cautelar, assim como da ausência dos requisitos previstos no artigo 312 do CPP. Aduz, ainda, que a acusada não cometeu os crimes que lhe são imputados na denúncia, justificando tal afirmação com um suposto alibi.

Por estes motivos, pugnou pela concessão liminar da ordem, com a expedição do competente alvará de soltura.

Às fls. 23/24, consta decisão interlocutória indeferindo o pedido de liminar formulado.

058



A autoridade apontada como coatora prestou informações às fls. 28/29, afirmando que a prisão preventiva foi decretada através de despacho de sua lavratura. Segundo ela, a custódia se mostra necessária para assegurar a aplicação da lei penal e, principalmente, para garantia da ordem pública, até por constar dos autos que a paciente faz parte de uma quadrilha com possível envolvimento em outros assaltos.

Ainda de acordo com o juiz, os acusados foram citados e três deles já apresentaram defesa prévia.

Instada a se manifestar, a douta Procuradoria de Justiça opinou pelo não conhecimento do *writ*.

É O RELATÓRIO.

A handwritten signature in dark ink, appearing to be "Quem".



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0200697-7

059

HABEAS CORPUS

IMPETRANTE: MARCOCILÂNIO FÉLIX DA SILVA

PACIENTE: JAILMA TEIXEIRA DA SILVA

PROCURADORA DE JUSTIÇA: Adriana Gonçalves Fontes

RELATOR: DES. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima

VOTO

Sr. Des. Presidente,

Srs. Desembargadores,

Sr.(a) Procurador(a).

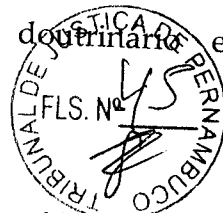
Segundo as informações constantes dos autos, a paciente foi denunciada pela prática de crimes de roubo qualificado e formação de quadrilha, tendo sido presa cautelarmente no dia 17 de setembro do ano corrente, encontrando-se recolhida desde então.

Alega, o impetrante, que não estão presentes os requisitos autorizadores da prisão preventiva e que a custódia não foi devidamente fundamentada. Afirma, ainda, que a paciente não teve qualquer participação nos crimes que lhe são imputados.

Por estes motivos, pugna pela concessão da ordem a fim de que a acusada possa aguardar o julgamento em liberdade.

Sabe-se, porém, que o *habeas corpus*, sendo ação autônoma e originária, e se desenvolvendo em um procedimento independente, a ser julgado rápido e eficientemente - além de não comportar dilação probatória -, não deve ser concedido quando o impetrante ingressa com a peça inaugural desprovida de documento apto a comprovar o direito pleiteado, sendo este um entendimento doutrinário e jurisprudencial pacífico.

060



No presente caso, vê-se que o *writ* foi pobremente instruído, já que o impetrante juntou aos autos cópias de poucos documentos, nenhum deles capaz de confirmar suas alegações acerca da irregularidade da custódia cautelar. Na verdade, a falta - especialmente do decreto prisional - impede uma análise objetiva acerca da presença (ou não) dos requisitos autorizadores da custódia cautelar, restando frustrada a análise dos fundamentos apontados pelo juiz para a segregação.

Destarte, não restando comprovado o constrangimento ilegal suscitado pelo impetrante, mostra-se incabível o acolhimento do pedido de relaxamento de prisão ora formulado. Neste sentido:

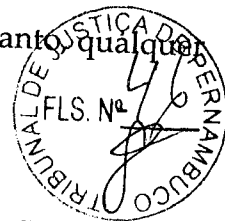
TACRSP: "O pedido de *habeas corpus* deve ser devidamente instruído com provas pré-constituídas e demonstrem ao julgador a veracidade do fato que o impetrante aponta como ilegal e que configuraria, pelo menos em tese, constrangimento indevido, de tal forma que não evidenciada a coação alegada, não cabe outra solução que não a denegação da ordem, sem prejuízo de nova impetração devidamente instruída" (R/DTACRIM 29/307).

De qualquer forma, na ausência de documentos hábeis para o exame da causa de pedir, é de se aplicar o princípio da confiança, posto que ninguém melhor do que o juiz da causa para julgar da conveniência da prisão processual penal.

Além disso, a paciente é acusada de praticar crimes graves e em reiteração, o que, em análise superficial, justificaria a prisão preventiva.

Diga-se, por outro lado, que a via estreita do *habeas corpus* não permite o exame aprofundado das provas, as quais serão apreciadas e valoradas pelo Juiz de Direito no momento de prolatar a sentença, não comportando o *writ*, portanto, qualquer análise do mérito da causa.

061



Sendo assim, não nos cabe aqui fazer qualquer ponderação acerca da inocência da acusada ou de sua efetiva participação no crime narrado na peça acusatória.

Logo, não restando demonstrado o constrangimento ilegal suscitado pelo impetrante, o meu voto é pela denegação da ordem.

É COMO VOTO.